



JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BA

EDITAL N. 001/2014

**SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE ESTAGIÁRIOS DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
JUAZEIRO - ESTADO DA BAHIA**

A **JUÍZA FEDERAL DIRETORA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO, DRA. ANDREA MÁRCIA VIEIRA DE ALMEIDA** torna público que será realizada seleção de estudantes de Direito para atuarem como estagiários de acordo com instruções constantes do presente Edital, da IN-13-01, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Lei nº 11.788 de 25/09/2008, Resolução nº 208, 04/10/2012 do Conselho da Justiça Federal e dos convênios para concessão de estágio remunerado a estudantes de graduação, firmado com a Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e a Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE.

INSTRUÇÕES:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo simplificado será realizado por Comissão de Seleção composta pela Diretora de Secretaria, **Priscila Correa de Carvalho**, que a presidirá, e pelos servidores **Ana Maria Paes de Albuquerque, Waldner de Arruda Maribondo e José Nilton Barbosa Fonseca**, para preenchimento de **01 (uma)** vaga existente (para estágio no período vespertino), bem como para **formação de cadastro de reserva**.

2. A vaga existente é para estágio no período vespertino, e as destinadas ao cadastro de reserva são para os períodos matutino e vespertino.

II - DOS REQUISITOS PARA INGRESSO NO ESTÁGIO

1. Estão habilitados a ingressar no quadro de estagiários da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Juazeiro, os estudantes que:

JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

a) forem aprovados na presente seleção com média final **6,0 (seis vírgula zero)**, obedecida a ordem de classificação;

b) estejam regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Direito vinculados ao ensino público ou particular nas instituições de ensino de nível superior conveniadas com a Seção Judiciária do Estado da Bahia, Subseção Judiciária de Juazeiro;

c) tenham cursado ou estejam cursando, no mínimo, o **5º período** do Curso de Graduação em Direito, situação que deverá ser comprovada no ato da convocação para início do estágio, mediante declaração emitida pela respectiva Instituição de Ensino.

2. Fica reservado para estudantes portadores de deficiência compatível com as atividades de estágio, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes ou que venham a surgir durante o período de vigência da seleção.

II - DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de **10 a 14 de novembro de 2014**, no horário das **12 às 18 horas**, no Prédio-Sede desta Subseção Judiciária, sito na Rua D. Pedro I, s/nº, Bairro João XXIII, no Setor Administrativo.

1.1 O Candidato poderá obter o Edital e a Ficha de Inscrição, bem como acompanhar as demais fases da presente seleção no site www.ba.trfl.jus.br ou no Prédio-Sede desta Subseção Judiciária.

2. Para se inscrever, o candidato deverá apresentar-se no local munido de:

- a) cópia e original da cédula oficial de identidade.
- b) *curriculum vitae*,
- c) histórico escolar expedido pela Faculdade em que está matriculado.

3. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, ou ingresso no estágio, desde que verificada falsidade de declaração ou irregularidades nos documentos.

4. Será permitida a inscrição por terceiro, mediante apresentação de procuração do interessado, acompanhada dos documentos elencados no item 2 acima e apresentação de Identidade do Procurador.

III - DA SELEÇÃO

1. DA SELEÇÃO, DAS PROVAS E DA CLASSIFICAÇÃO:

1.1 A **Prova Objetiva**, eliminatória e classificatória, conterà 40 (quarenta) questões de acordo com o conteúdo programático, constante no anexo I, deste Edital, assim distribuídas:

a) 20 (vinte) questões, relativas às disciplinas do Grupo I: (Valendo 01 (um) ponto cada).

Direito Constitucional;
Direito Civil;
Direito Processual Civil;
Direito Penal;
Direito Processual Penal
Direito Previdenciário.

b) 10 (dez) questões, relativas às disciplinas do Grupo II: (valendo 1,00 (um) ponto cada).

Direito Administrativo;
Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

c) 10 (dez) questões relativas à disciplina língua portuguesa (valendo 1,00 (um) ponto cada).

2.1 A **prova discursiva**, eliminatória e classificatória, conterà (uma) questão relativa à(s) disciplina(s) abaixo (valendo 5,00 (cinco) pontos):

Direito Processual Civil
Teoria Geral do Processo

IV - DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

1. As provas objetivas serão aplicadas no dia **22 de novembro de 2014**, em local a ser oportunamente informado.

2. As provas terão duração de 3h30min (três horas e minutos) e serão realizadas no horário das 09:00 às 12:30 horas, devendo o candidato comparecer no local, no máximo, até 08:45 horas.

JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

3. O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a Folha de Resposta no tempo de duração da prova, que será o único documento válido para a correção.

4. Somente terá acesso à sala de aplicação da prova o candidato que estiver munido de documento de identificação original com foto. O referido documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

5. O candidato deverá comparecer no local designado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário determinado;
- b) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) não apresentar o documento de identidade exigido;
- d) ausentar-se da sala de prova sem acompanhamento do fiscal;
- e) for surpreendido em comunicação com outras pessoas, usando livros, notas, impressos não permitidos, ou qualquer outro meio de comunicação não autorizado.
- f) lançar mão de meios ilícitos para a realização da prova;
- g) perturbar a ordem dos trabalhos.
- h) não pertencer à instituição de ensino conveniada.

7. Os candidatos poderão interpor recurso às questões da prova no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas, após a divulgação do gabarito oficial, que acontecerá no dia **24/11/2014, a partir das 16h**, no Hall do Prédio-Sede desta Subseção Judiciária e, no dia **25/11/2014**, no site www.ba.trf1.jus.br .

8. Na hipótese de empate será dada preferência ao candidato que tiver melhor avaliação na análise curricular e do histórico escolar.

V - DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Os nomes dos candidatos aprovados serão afixados no Hall do Prédio-Sede desta Subseção Judiciária e no site www.ba.trf1.jus.br, a partir do dia **25 de novembro de 2014**.

VI - DA CONVOCAÇÃO

JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

1. A aprovação na seleção não gera direito à convocação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final e o prazo de validade da seleção.

2. Os candidatos aprovados serão convocados na ordem de classificação para assinar o termo de compromisso, no limite das vagas existentes ou que surgirem dentro do prazo de validade da seleção simplificada.

3. A convocação será feita por telefone e através do email do candidato, o qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da confirmação do telefonema, para se apresentar à Sede da Subseção Judiciária de Juazeiro e manifestar interesse na realização do estágio.

4. O candidato terá 10 (dez) dias corridos, contados da apresentação prevista no item 3, para estar apto ao início do estágio, entregando a seguinte documentação:

a) declaração emitida pela instituição de ensino superior, conveniada com a Subseção Judiciária de Juazeiro, atestando que o candidato é estudante de Direito, regularmente matriculado e cursando a partir do 5º semestre da grade curricular;

b) fotocópias do RG, CPF, do título de eleitor e do comprovante de quitação eleitoral, com respectivos originais para conferência;

c) atestado de saúde que comprove sua sanidade, emitido por médico escolhido pelo candidato;

d) duas fotos 3X4 recentes;

e) comprovante de abertura de conta bancária (Banco do Brasil);

d) Ficha de dados cadastrais e demais formulários disponíveis na sala da SESAP - Seção de Suporte Administrativo.

5. Não serão aceitos pedidos de concessão de prazos além dos acima expostos, nem reclassificação em final de lista.

VII - DO CRONOGRAMA:

ESPECIFICAÇÃO	DATA
Período de Inscrição	10/11/2014 a 14/11/2014
Aplicação das Provas Objetivas	22/11/2014 (sábado)
Divulgação do Gabarito Oficial	24/11/2014, após às 16h (na Sede da Subseção) 25/11/2014, no site www.ba.trf1.jus.br.
Prazo para interposição de Recursos	25/11/2014 a 26/11/2014
Divulgação Resultado Final da Seleção	28/11/2014

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O início do estágio dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso, com interveniência da Instituição de Ensino conveniada, no limite das vagas existentes ou que surgirem dentro do prazo de validade da seleção.

2. O Termo de Compromisso assinado pelo estudante não cria direitos ou vínculo empregatício de qualquer natureza.

3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital, das quais não poderá alegar desconhecimento; o estágio será regido de acordo com a Lei nº. 11.788/08 e Resolução nº. 208/2012, do Conselho da Justiça Federal, observada a vedação da prática do nepotismo determinada pelo enunciado nº. 07, do Conselho Nacional de Justiça.

4. Não poderá realizar estágio remunerado na Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus o estudante que possuir vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados que atuarem em processos na Justiça Federal (artigo 21, inciso I da Resolução n. 208/2012 do CJP).

5. Não poderá realizar estágio não obrigatório nos órgãos de que trata o Art. 3º desta Resolução: o ocupante de cargo, emprego ou função vinculados aos órgãos ou às entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; o militar da União, dos Estados ou do Distrito Federal; o titular de mandato eletivo federal, estadual,

JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

distrital ou municipal; o servidor do ministério público (de acordo com o art. 22, da Resolução nº 208/2012 do CJF).

6. A falta da interveniência da instituição de ensino no Termo de Compromisso implicará impossibilidade de realização do estágio, com exclusão do candidato da lista dos habilitados ao estágio.

7. O estagiário deverá cumprir carga horária de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, em jornada a ser estabelecida pela Seção Judiciária, de acordo com seu horário de funcionamento.

8. O estagiário fará jus à percepção da bolsa de estágio mensal conforme a frequência consignada pelo estagiário, sendo esta integrada de: auxílio financeiro; auxílio-transporte por dia efetivamente trabalhado; e seguro contra acidentes pessoais durante o período do estágio.

9. Não serão fornecidos atestados, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos.

10. A seleção terá validade de 01 (um) ano a contar da data da publicação do resultado final, podendo ser prorrogada por igual período desde que o ato de prorrogação seja publicado dentro do período de validade da seleção.

11. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

12. A seleção simplificada não se equipara à modalidade de concurso público, mesmo porque não se destina ao provimento de cargo público, sendo inaplicáveis as regras e princípios alusivos a tal procedimento seletivo.

Juazeiro, 21 de outubro de 2014.

ANDREA MÁRCIA VIEIRA DE ALMEIDA

*Juíza Federal Diretora da
Subseção Judiciária de Juazeiro*

**ANEXO I - PROGRAMA DA SELEÇÃO SIMPLIFICADA
DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO
EDITAL 01/2014**

1. DIREITO:

1.1 Direito Constitucional: Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. Direitos e garantias individuais: direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais e políticos. Organização da União. Administração Pública: disposições gerais, servidores civis e militares. Organização dos Poderes. Poder Judiciário: estrutura (órgãos). Competência da Justiça Federal. Competência dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais. Emenda Constitucional 45/2004.

1.2 Direito Civil: Lei de Introdução ao Código Civil. Das pessoas: naturais e jurídicas. Dos bens: classificação adotada pelo Código Civil. Dos fatos jurídicos: negócio jurídico, atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e da decadência. Das modalidades das obrigações. Obrigações de dar, de fazer e de não-fazer. Regras do pagamento. Dos contratos: disposições gerais; da formação dos contratos; contratos bilaterais e vícios redibitórios. Do contrato preliminar. Da compra e venda, do depósito, do mandato e da fiança. Responsabilidade civil. Da posse: noção geral, classificação, aquisição, efeitos e interditos possessórios. Da propriedade: da propriedade em geral; da aquisição da propriedade imóvel; da perda da propriedade. Da propriedade móvel: tradição e usucapião. Direito do Consumidor: Lei nº 8.078/90 (CDC).

1.3 Direito Processual Civil: Das partes e dos procuradores: da capacidade processual; das despesas e das multas processuais; dos procuradores; da substituição das partes e dos procuradores. Do Ministério Público. Dos órgãos judiciários: da competência e do juiz. Dos atos processuais: da forma, do tempo e do lugar; dos prazos, das comunicações das nulidades e de outros atos processuais (distribuição, registro e valor da causa). Da antecipação dos efeitos da tutela. Das provas: das disposições gerais, das espécies: depoimento pessoal, das provas documental, testemunhal e pericial e da inspeção judicial. Dos pronunciamentos judiciais: conceito e requisitos. Do mandado de segurança. Do processo de execução fundado em título extrajudicial: das diversas espécies de execução; da execução das obrigações de fazer e de não-fazer; da execução por quantia certa contra devedor solvente; da execução contra a Fazenda Pública precatório e requisição de pequeno valor. Lei nº 6.830/80. Do cumprimento da sentença e da execução por quantia certa fundada em título judicial. Da impugnação e dos embargos à execução. Da objeção e da exceção de pré-executividade. Do processo cautelar: disposições gerais. Dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: noções

JUSTIÇA FEDERAL
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

gerais, consignação em pagamento, ações possessórias e embargos de terceiro.

1.4 Direito Penal: Parte geral: Princípios constitucionais do direito penal; Aplicação da lei penal: da anterioridade da lei e da lei penal no tempo, Territorialidade. Lugar do crime. Extraterritorialidade. Contagem de prazos. Teoria geral do crime: conceito de crime, requisitos, elementos e circunstâncias do crime, crimes comissivos e omissivos; Fato típico: elementos do fato típico, conflito aparente de normas; Do resultado; Tipo do crime doloso: conceito de dolo; Teoria do crime culposo: conceito de culpa, elementos do fato típico culposo, modalidades de culpa; Crime preterdoloso; Crime consumado e tentado: consumação, tentativa, *Iter criminis*, desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível; Culpabilidade: elementos da culpabilidade, imputabilidade, causas de exclusão da culpabilidade; Concurso de Pessoas; Sanção Penal: espécie de penas; Penas privativas de liberdade; penas restritivas de direito; Penas de multa. Aplicação da pena: Concurso de crimes; Extinção da Punibilidade: causas extintivas de punibilidade; Parte especial: dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a Administração Pública. Lei nº 9.613, de 03/03/98.

1.5 Direito Processual Penal: Inquérito policial: natureza, início e dinâmica. Ação penal pública e privada. Denúncia, queixa, representação, renúncia e perdão. Jurisdição. Competência penal dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais. Sujeitos do processo: juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor; ofendido, assistente, curador do réu menor e auxiliares da justiça. Atos processuais: forma, lugar, tempo (prazos e respectiva contagem) e intercâmbio processual (citações, notificações e intimações). Prisão cautelar: temporária, em flagrante, preventiva, decorrente de pronúncia e de sentença condenatória. Liberdade provisória com ou sem fiança. Atos jurisdicionais: despachos, decisões interlocutórias e sentença. *Habeas corpus*: conceito, competência e processamento.

1.6 Direito Administrativo: Administração Pública: características e modos de atuação. Desconcentração e descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Personalidade jurídica do Estado. Órgãos e agentes públicos. Princípios básicos da Administração Pública. Poderes administrativos. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos e espécies. Invalidação dos atos administrativos: revogação e anulação. Atos *interna corporis*. Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judicial. Controle comum e controle especial. Responsabilidade civil do Estado.

JUSTIÇA FEDERAL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JUAZEIRO - BAHIA

1.7 Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal (Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001): Competência. Partes. Comunicações processuais: citações, intimações, meio eletrônico. Prazos. Exame técnico. Honorários. Audiência. Sentença. Recursos. Turmas Recursais. Pedido de uniformização de interpretação da lei federal. Turmas de uniformização. Transação Penal. Execução.

1.8 Direito Previdenciário: Das finalidades e dos princípios básicos. Dos Regimes da Previdência Social. Regime Geral da Previdência Social: dos benefícios e das prestações em geral.

1.9 Teoria Geral do Processo: Princípios gerais do processo: aplicação e interpretação da lei processual. Jurisdição e competência. Funções essenciais à justiça e auxiliares da justiça: Defensoria Pública no processo civil e no processo penal. Assistência judiciária e assistência jurídica. Ação: teorias. Conceito. Condições e classificação. Processo: teorias, conceito e natureza jurídica. Processo e procedimento. Sujeitos do processo. Impedimento e suspeição. Pressupostos processuais. Atos processuais: conceito; classificação; forma; validade; eficácia. Comunicação dos atos processuais. Prova: conceito e teoria geral. Objeto. Ônus e valoração. Teoria dos recursos. Sentença e coisa julgada.

2. LÍNGUA PORTUGUESA:

Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Flexão nominal e verbal. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Ocorrência de crase. Pontuação.